

1 Ata da Décima Segunda Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da  
2 Décima Sétima Legislatura da Câmara Municipal de Olho d'Água das Cunhãs – MA.  
3 Aos 11 dias do mês de junho de 2024, nesta mesma cidade, no prédio provisório da  
4 Câmara Municipal, localizado na Travessa Santo Antônio, 207, Centro, na Sala de  
5 Sessões, às 9h30, realizou-se uma Sessão Plenária do Poder Legislativo, sob a  
6 presidência do vereador Enoque Correa de Paula; e pelo Livro de Presença verificou-  
7 se a comparência dos vereadores: Enoque Correa de Paula, José Pereira Magalhães  
8 Neto, Américo Sousa Cruz, Manoel Rodrigues Santos, Elizabete da Silva Lázaro,  
9 Marcos Antonio de Oliveira Araújo, Dyeime Macedo Bringel, Francisco Ferreira,  
10 Antonio José de Barros, Fábio Almeida Santos e Cláudio Silva Conceição.

11 Havendo um número legal, com a proteção de Deus e em nome do povo, o  
12 Presidente declara aberta a presente sessão e convida os vereadores Américo de  
13 Sousa Cruz e José Pereira Magalhães Neto a assumirem a Primeira e Segunda-  
14 Secretarias, respectivamente. Em seguida, ordena a este que faça a leitura da ata da  
15 sessão anterior que, depois de lida, é colocada em discussão e em votação, aprovada  
16 por unanimidade.

17 Continuando com a sessão, o Segundo-Secretário faz a leitura da Emenda  
18 Supressiva 001/2024, de autoria conjunta dos vereadores José Pereira Magalhães  
19 Neto e Marcos Antonio de Oliveira Araújo, assinado também por Francisco Ferreira,  
20 que “Fica suprimido o Anexo I, parágrafo 3º – Que dispõe sobre as Diretrizes  
21 Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2025 e dá outras providências – com a  
22 seguinte redação: Para redução ou manutenção do gasto com pessoal, o Município  
23 poderá reduzir vantagens concedidas a servidores”. Então a Emenda é colocada em  
24 discussão. Américo Sousa Cruz diz que o texto foi mal redigido abrindo brechas para  
25 interpretações ambíguas. José Pereira Magalhães Neto defende o texto afirmando  
26 não haver margem para tais erros. Manoel Rodrigues Santos questiona a autoria do  
27 projeto por constar apenas dois dos três nomes dos subscritores no parágrafo de  
28 promulgação e diz que o texto a ser suprimido não atingiria os servidores públicos  
29 efetivos, apenas os de caráter temporário, dizendo que, se necessária aprovação, é  
30 preciso reescrever o texto da Emenda. José Pereira Magalhães explica que a Emenda  
31 é Supressiva, portanto não carece de texto modificativo. Marcos Antonio de Oliveira  
32 Araújo questiona a dificuldade de aprovação desta Emenda, mesmo, segundo ele,  
33 havendo textos semelhantes aprovados na Casa. Manoel Rodrigues Santos rebate as  
34 críticas feitas a ele pelo colega. O Procurador da Casa faz as explicações necessárias,

35 a pedido do vereador Manoel Rodrigues Santos. José Pereira Magalhães Neto  
36 questiona aos colegas a mudança de postura quanto a aprovação da Emenda.  
37 Américo Sousa Cruz rebate críticas feitas pelo colega. O Presidente propõe a  
38 aprovação da Emenda com ressalvas no texto. Manoel Rodrigues Santos segue este  
39 entendimento. Marcos Antonio de Oliveira Araújo rebate alguns pontos levantados  
40 pelos colega e sugere que, se for para aprovar com ressalvas, seja adiada a sessão  
41 e feita uma nova Emenda, esta Modificativa. Os vereadores seguem este  
42 entendimento e o Presidente suspende a Emenda e a posterior votação do PL  
43 008/2024.

44 Em seguida, o Presidente franqueia a palavra. Cláudio fala sobre a Emenda  
45 retirada de pauta. José Pereira Magalhães Neto faz denúncia sobre a falta de  
46 cuidadores para crianças com TEA na U. I. Humberto de Campos, pedindo para que  
47 seja cumprida Lei Federal sobre o tema. Elizabete da Silva Lázaro cobra o PCCS e  
48 diz que o prazo se aproxima, além de cobrar respostas ao ofício enviado ao executivo  
49 sobre a falta de materiais odontológicos nas UBS do Município. Marcos Antonio de  
50 Oliveira Araújo, citado, diz que é o vereador que mais cobrou o PCCS durante seu  
51 mandato nas sessões, chegando a dizer que renunciaria à sua candidatura, caso  
52 comprovado que a colega anterior o fizesse mais que ele. Elizabete da Silva Lázaro  
53 diz que ele a interpretou mal, e que ele e ela são os que mais cobram o PCCS. O  
54 Presidente reproduz um áudio, de suposta autoria do Secretário de Articulação Política  
55 do Governo Municipal, de uma conversa entre este e a vereadora Dyeime Macedo  
56 Bringel; O Presidente então começa a explicar que as supostas ilações feitas não  
57 condizem com a realidade e traz documentos para provar seu ponto; diz ainda que foi  
58 pedido para que o assunto do áudio não fosse tocado, mas que ele não poderia deixar  
59 de se defender das acusações; critica o Secretário, que supostamente gravou o áudio,  
60 falando em exonerá-lo por esta conduta; e questiona a vereadora sobre os motivos de  
61 suas falas no áudio e enrijece o tom ao falar com ela. Dyeime Macedo Bringel diz que  
62 o áudio era de uma conversa informal, não eram denúncias; afirma que foi ofendida e  
63 ameaçada pelo Presidente em suas falas e que ele, ao usar a expressão “teto de  
64 vidro”, também deveria ter o mesmo cuidado lhe fora alertado; conclui afirmando fazer  
65 seu trabalho como vereadora com excelência. O Presidente então questiona pontos  
66 do áudio ao passo que é respondido pela vereadora, gerando um maior  
67 desentendimento entre eles e com o Secretário em questão. Manoel Rodrigues  
68 Santos se explica com relação a matérias de sua autoria que não puderam ainda ser

69 votadas, em consequência do Regimento Interno da Casa, que prevê preferência  
70 exclusiva à matéria da PLDO nas sessões onde é apresentada; também manifesta  
71 solidariedade à colega vereadora e pede mais respeito entre todos os colegas.  
72 Américo de Sousa Cruz também se solidariza com a vereadora e também reconhece  
73 o trabalho íntegro do Presidente; além de cobrar o PCCS. Elizabete da Silva Lázaro  
74 também faz considerações sobre o áudio vazado e lamentou as proporções atingidas  
75 e pede para que os dois vereadores possam conversar e se resolver entre si. Marcos  
76 Antonio de Oliveira Araújo também fala sobre o áudio, critica o Secretário e solidariza-  
77 se com a vereadora, diz que procurou de antemão o Presidente para saber se os  
78 repasses, cobrados no áudio em questão, estavam sendo feitos, ao que foi confirmado  
79 pelo Presidente; denuncia o uso de remédios vencidos em uma UBS do município;  
80 cobra o PCCS, que, segundo ele, o SINSEPODC já enviou o necessário ao Executivo,  
81 devendo este mandar para esta Casa; também cobra a regularização da distribuição  
82 de água nos bairros; e finaliza cobrando explicações sobre a cobra em valor milionário  
83 de pneus e sobre reconstrução da U. I. Humberto de Campos, que, segundo ele, foi  
84 reformada recentemente, não sendo qualificado um aporte de mais de 1 milhão nesta  
85 obra, e finaliza falando sobre demais escolas no Município. José Pereira Magalhães  
86 requer novamente a promulgação de seu projeto sobre isenção de taxa de energia  
87 elétrica a famílias de baixa renda e cobra pautação de outro projeto seu, do ano  
88 passado.

89 Não havendo nada mais a ser tratado, nem do Executivo nem do Legislativo, o  
90 Presidente deu por encerrada a presente sessão. Para constar, lavrou-se a ata que,  
91 depois de lida e achada conforme, será assinada pelos senhores vereadores.

92 Sala de Sessões da Câmara Municipal de Olho d'Água das Cunhãs – MA. Em

93 11 de junho de 2024.